



GT- 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

NARRATIVAS SILENCIADAS: MEMORICÍDIO E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

SILENCED NARRATIVES: MEMORICIDE AND RESISTANCE OF BLACK WOMEN

Dávila Maria Feitosa da Silva - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Izabel França de Lima - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Considera o memoricídio como sendo um projeto político colonial que se incorporou nas políticas públicas de esquecimento às memórias da população negra escravizada e conseqüentemente dos seus descendentes, especialmente das mulheres negras. Discute esse silenciamento pelo olhar social da Ciência da Informação. Objetiva apresentar algumas estratégias de resistência das mulheres negras ainda no período escravocrata até a atualidade. Empreende estudo exploratório pautado sobre a temática em tela, como suporte teórico foi utilizado textos da Maria Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, considerando o pioneirismo dessas intelectuais sobre a mulher negra brasileira e suas especificidades. Apresenta quatro nomes de mulheres que estiveram na liderança e organização de lutas e motins de enfrentamento a escravidão; e quatro nomes de mulheres que atuam em ações e na criação de conteúdos e informações antirracistas no âmbito das mídias sociais. Por fim, entende o esquecimento da população negra como um projeto político e compreende a atuação das mulheres negras como fundamentais para estabelecer a possibilidade de um diálogo sobre memória, recordação, resistência, identidade e informação.

Palavras-chave: memoricídio; mulheres negras; ciência da informação.

Abstract: The study considers memoricide as a colonial political project that has been incorporated into public policies of forgetting the memories of the enslaved black population and consequently their descendants, especially black women. It discusses this silencing through the social lens of Information Science. The objective is to present some strategies of resistance by black women from the period of slavery to the present day. The article undertakes an exploratory study based on the theme at hand, using texts by Maria Beatriz Nascimento and Lélia Gonzalez as theoretical support, considering the pioneering work of these intellectuals on Brazilian black women and their specificities. It presents four names of women who were leaders and organizers of struggles and uprisings against slavery, and four names of women who are engaged in actions and the creation of anti-racist content and information within the realm of social media. Finally, it understands the forgetting of the black population as a political project and recognizes the role of black women as crucial in establishing the possibility of a dialogue about memory, remembrance, resistance, identity, and information.

Keywords: memoricide; black woman; information science.

1 INTRODUÇÃO

Na época das colônias portuguesas a sociedade encontrava-se numa hierarquia, e quem ocupava o topo era o senhor de terras que retinha o poder econômico e político. Na outra extremidade, estavam as pessoas escravizadas, os agentes de trabalho legítimo dessa sociedade. Entre as duas pontas temos grupos de homens, mulheres e crianças livres, vivendo de forma precária. Posto isto, a sociedade colonial caracterizava-se patriarcal e branca, voltando-se de modo extremo para as mulheres, fortemente para as negras.

O estudo tem como objetivo apresentar algumas estratégias de resistência das mulheres negras ainda no período escravocrata, até a atualidade onde há uma atuação ativa de denúncia contra o racismo advindo nas produções de conteúdo nas mídias sociais. As táticas aqui relatadas apresentam um recorte de lideranças que atuaram frente a movimentações, motins e no âmbito religioso, ao que concerne o período escravista. E na atualidade, se destacam a produção de conteúdo intelectual, antirracista e antissexista nas redes sociais. Logo, o ato de resistir é entendido aqui como toda ação de afrontar ao que foi determinado e ensinado a partir da historiografia oficial que introjetou uma imagem das mulheres negras como objeto para exploração e reprodução.

Para isso, faz-se necessário trabalhar sobre o memoricídio, e formas de resistência. Grada Kilomba (2019, p.29) certifica que “o racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal”. Dessa forma, o processo de construção desse trabalho é relativo tanto ao passado quanto ao presente.

Este trabalho é guiado pelas reflexões de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, que são pioneiras no tocante às mulheres negras. Logo, algumas perspectivas de ordem histórica darão melhor compreensão para entender a situação da mulher negra e sua atuação de insubmissão na sociedade brasileira. Nesse sentido, questiona-se as estratégias de resistência e de protagonismo das mulheres negras desde o período escravocrata até a atuação hodierna de produtoras de conhecimentos nas mídias sociais. Pensar essas questões é dialogar com os estudos em Ciência da Informação (CI). A CI possui compromissos sociais, assim, acredita-se nas possibilidades de contribuição da CI, de oferecer aporte teórico e crítico sobre informação e memória relacionadas às questões de raça e gênero.

Nessa perspectiva, o olhar está voltado para o campo social da CI corroborando com Aquino (2007) que destaca a inclusão de alguns temas na CI que tem integrado na

construção de “uma nova” Ciência da Informação, a saber: planetariedade, globalização, sustentabilidade, biodiversidade, virtualidade, transdisciplinaridade, subjetividade, diversidade e tantos mais, a autora ressalta a importância de não esquecer as relações de gênero, sexualidade, raça e etnia, com o objetivo de levar a reflexões e relacioná-las com a informação.

Empreende estudo exploratório com abordagem qualitativa. Na triagem para a identificação e seleção das produtoras de conteúdo antirracista e antissexista, foi priorizado mulheres negras que já possuem uma trajetória ativista anterior a atuação nas redes sociais.

2 SE O PRESENTE SE PARECE COM O PASSADO, COMO SERÁ QUE O FUTURO SE PARECE?¹

O título dessa seção faz referência a um texto da escritora afro-americana Alice Walker (2021) onde ela responde uma carta para uma mulher negra jovem e de pele mais clara. Na carta, Alice dedica-se a externar a sua percepção sobre a variedade cromática – colorismo²- de negros e negras e como esse fator tem causado desarmonia nas relações entre a população retinta e os de pele clara. Esse assunto é relevante nessa pesquisa pois como dito abordará sobre a resistência da mulher negra brasileira. Por ora, introduziremos sobre o período escravocrata para chegarmos ao processo de miscigenação e suas consequências.

Maria Beatriz Nascimento, foi uma intelectual negra, nordestina que trouxe no seu ativismo político e intelectual extensa contribuição nos estudos das relações raciais, das comunidades quilombolas, do período escravocrata e no campo da história e historiografia do Brasil. A partir dos seus estudos, sobre os quilombos foi possível confrontar a ideia de passividade a escravidão advinda da população negra escravizada.

Numerosas foram as formas de resistência que o negro conservou ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista desses movimentos que, no âmbito “doméstico” ou social, se tornam mais fascinantes quanto mais se apresenta sua variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, de hábitos, gestos etc [...]. Um movimento de âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (NASCIMENTO, 2021, p. 153).

¹ O texto encontra-se no livro Em busca dos jardins de nossas mães. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

² “o tratamento preconceituoso ou preferencial dado a pessoas da mesma raça baseado somente na cor da pele [...]”. (WALKER, 2021, p. 259).

Ou seja, o que a historiografia oficial não nos conta é que os escravizados resistiram violentamente e de forma sistemática à escravidão. Dessa forma, podemos dizer que a história das mulheres negras no Brasil está marcada pelo tráfico de africanos, pela escravização e por uma falsa resignação. O que não é falso nesses fatos é que a maior parte da população negra no Brasil segue preterida ao acesso econômico, cultural e educacional.

Beatriz Nascimento (2021) no artigo “Por uma história do homem negro” levanta reflexões a partir de inúmeras indagações sobre o desprezo concedido a população negra no Brasil, nos mais variados aspectos, e especialmente nas ciências humanas que estudam apenas e quase exclusivamente o período escravagista e a população escravizada pelo mesmo viés colonizador. “A história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita”. (Nascimento, 2021, p.45).

Sobre a mulher negra ficou o peso de carregar sozinha todos os tipos de violações e degradações, sem apoio do homem negro, devido também a sua condição de escravizado. Sueli Carneiro (2006) vai dizer que foi concebido um tipo de independência e autonomia como consequência do abandono social a que foram submetidas as mulheres negras que ficou denominado como o “matriarcado da miséria”.

Para a mulher branca atribuiu-se a função de esposa. “Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho” (Nascimento, 2021, p.56).

De maneira oposta à mulher branca, a mulher negra pode ser considerada uma servente na mesma medida que o homem negro, na prática, muito mais que ele, isso porque, além dos serviços braçais, da casa – grande e no campo, para ela recaiu os cuidados com os seus filhos, companheiros, familiares e o de reprodutoras de mão-de-obra. “(...) pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno” (Nascimento, 2021, p.56).

Quando se fala sobre a mulher negra como reprodutora, é importante salientarmos a exploração sexual a que foram submetidas. Se ajuntando a todas as violações que aconteceram, o estupro foi o fator que concebeu, na década de 1930, à constituição do mito de democracia racial. “O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação” (Gonzalez, 2020, p. 50). Outro coeficiente que

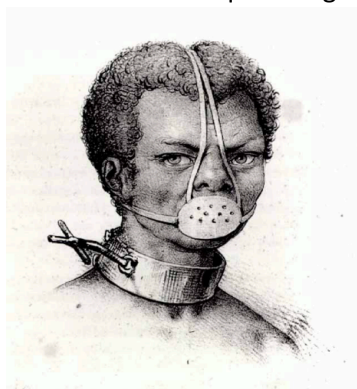
reforça esse ideal é a historiografia oficial que tem perpetuado a narrativa e internalizado nas crianças uma idealização de que no Brasil o racismo não existe, que as relações são cordiais, devido a miscigenação.

Esse discurso é corroborado pela representação de negros e negras pacíficos, submissos, infantis, incapacitados intelectualmente. É interessante reforçar o fato de que o colonialismo, e conseqüentemente a escravidão foram um projeto político de controle e dominação. Logo, compreendermos que a historiografia oficial foi escrita pelo dominador e que houve um apagamento da história dos povos escravizados ajudará a entender o outro lado da história.

Kilomba (2019) a partir da alegoria da máscara, desperta memórias vivas de um passado ensurdecido, refletindo sobre o silenciamento da população negra na historiografia oficial. A máscara do silenciamento, como a autora nomeou, ficou conhecida na figura de Anastácia³. Caracterizada da seguinte forma:

Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura (Kilomba, 2019, p. 33).

Figura 1 - Retrato da escrava Anastácia, pintado entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818 pelo francês Jacques Arago



Fonte: Extraído de Kilomba (2019).

³ Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para a Bahia e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno dessa família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá. [...] Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravização (HANDLER; HAYES, 2009 apud KILOMBA, 2019).

A autora enfatiza a boca como um órgão especial, de manifestação. No contexto do racismo, a boca toma um lugar de excelência da opressão, pois foi/é utilizada por a branquitude para exteriorizar e legitimar estruturas violentas. Historicamente censurado para manter o controle, a dominação somando-se a metáfora para a posse, de que a/o negra/o almeja comer os frutos que pertencem ao senhor branco.

Nesse cenário de manipulação colonial, o colonizador lança um processo de negação, em que, o senhor branco nega seu plano de colonização, e o dita à/ao colonizada/o. “É justamente esse momento – no qual o sujeito afirma algo sobre a/o “Outra/o” que se recusa a reconhecer em si próprio – que caracteriza o mecanismo de defesa do ego”. (Kilomba, 2019, p.34).

Nessa trama, o opressor toma o lugar do oprimido e o oprimido o lugar de opressor. Logo, o sujeito negro é idealizado como violento/a, ladrão ou ladra, feia/o, dissimulada/o. Ou seja, o colonizador afasta de si aquilo que é dele e coloca no colonizado. “Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer parecer” (Kilomba, 2019, p. 38).

A máscara do silenciamento é apenas um exemplo das muitas formas de apagamento das histórias ancestrais, as estratégias do grupo hegemônico vêm ao longo dos séculos se moldando conforme a sociedade vai se modificando. Um dos principais projetos da escravização foi eliminar as lembranças e qualquer vínculo que a população escravizada trazia de África, “os seus cabelos percebidos como um aspecto precioso foram submetidos à raspagem, com a justificativa de necessidades higiênicas. No entanto, o objetivo crucial era atingir o pertencimento étnico” (Silva, 2019, p. 47). Outro fator e talvez o primeiro de ruptura identitária foi a destituição do nome africano que foi substituída por um nome cristão, sem direito a sobrenome.

Com isso não se perdia apenas um nome e sobrenome, com eles iam embora também as heranças, as raízes da árvore da vida, as histórias acerca da instituição do nome, enfim, as memórias familiares e coletivas que eles abarcavam, bem como a possibilidade de reconhecimento como parte fundamental de alguma coisa superior a si mesmos (Missiatto, 2021, p. 254).

Após os iniciais processos de violação identitária, seguiu-se uma sequência de anulamentos individuais e coletivos. Walter Mignolo (2003) salienta as narrativas europeias que se tornaram hegemônicas colocando as demais como inferiores, dessa forma, se constituem hierarquias que culminaram no soterramento das histórias locais.

Figura 2 - Quadro a Redenção de Cam, de Modesto Brocos y Gomez.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes.

O intelectual Edson Cardoso (2023) vai dizer que em 1823 aconteceu a Assembleia Nacional Constituinte onde José Bonifácio de Andrada e Silva⁴ disse a seguinte afirmativa “uma coisa é o escravo, outra coisa é a cor do escravo”. Nessa convenção, José Bonifácio apresenta uma proposta de extinção do tráfico de escravizados, e um plano gradual de libertação. A reflexão que se coloca é o fato de se ter levantado duas problemáticas, o sujeito escravizado e a cor desse sujeito, referindo a cor negra como mancha indelével. Dessa forma, na constituição é determinado legalmente uma hierarquia populacional a partir da cor da pele, ou seja, os negros libertos eram cidadãos de “segunda classe”.

Algumas políticas de aniquilação da população negra foram consideradas, até no campo científico, a figura 2 acima, trata-se de uma representação clássica para explicar o processo de embranquecimento populacional. A mãe negra agradecendo pela criança branca nos braços da filha de pele clara. Após a abolição acontece a imigração europeia no intuito demonstrado na imagem. No entanto, o projeto de embranquecimento não aconteceu como esperado. Dessa forma, os higienistas passam a considerar a mestiçagem como fator positivo, disseminando a ideia de que o Brasil possuía uma raça original.

Nesse discurso é construído o mito de democracia racial que foi consolidada na obra de Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala*. A obra e o mito da democracia racial romantizaram os estupros, assédios, violências físicas e psicológicas causadas às vítimas. Foi nesse contexto que foi forjado o imaginário de mulher negra submissa.

Compreendendo que foi a partir da invasão às Américas que iniciou o processo de colonização do ser e das memórias dos povos subalternizados, é possível afirmar que o

⁴ foi presidente da junta governativa de São Paulo (1821) e posteriormente assessor e ministro de D. Pedro

colonialismo e a colonialidade geraram um memoricídio na população negra, especialmente nas mulheres negras.

Beatriz Nascimento no documentário *Orí*, lançado em 1989 declara que ao acessar o ensino superior no curso de História o que mais a deixou atônita foi o fato do “eterno estudo sobre o escravo, como se nós só estivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para fazenda e para a mineração” (NASCIMENTO, Orí, 1989). Esse é um problema antigo, e se caracteriza como sendo parte do projeto político de colonização.

Sobre o conceito de memoricídio (Báez, 2010, p. 309) vai dizer que é quando “se ataca a memória coletiva do grupo a que se quer submeter, especialmente bens culturais que constituem seu patrimônio, porque se tenta ganhar a mente de quem se submete”. Na visão de Missiatto (2021, p. 258), o apagamento da memória é efetivamente o apagamento do Outro. “O extermínio das memórias de um povo ser por si mesmo o próprio apagamento desse povo”.

A morte da memória corresponde com práticas históricas de eliminação, no passado, presente e a eminência para o futuro. Logo, entendemos o memoricídio como um projeto político colonial de ações sistemáticas e propositais de eliminação das culturas e identidade advindas dos colonizadores a todos os grupos dominados. Conversando com o pensamento de Lélia Gonzalez (2020, p.78) que vai tratar essas práticas como o ato de domesticação do Outro.

Das reflexões de Gonzalez (2020) destacam-se as noções de consciência e memória. Sobre a consciência, ela afirma que a percepção do grupo dominado em relação ao objetivo de sua história ser esquecida e explica:

A gente tá falando de noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancas dos discursos da consciência (Gonzalez, 2020, p.79).

É a partir dessas reflexões que entendemos a importância da memória, no intuito de lembrar do passado com o propósito de compreender o presente. Ainda que haja escassez de registros sobre o povo negro, em especial das mulheres negras, a memória dessas mulheres tem sido paulatinamente costurada.

2.1 É tempo de falarmos de nós

É preciso dizer que é graças à mulher negra que os valores que demarcam a nossa identidade e ancestralidade foram preservados. E dessa forma tem sido possível costurar os pedaços de retalhos que ficaram soterrados no solo das lavouras e no porão da casa-grande.

Lélia Gonzalez (2020) vai dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro devido ao espírito quilombola⁵ da mulher negra, que agiu de acordo com o contexto em que foi inserida. Como dito, a escravizada passou pelos diferentes tipos de trabalho que iam dos campos de plantações ao serviço doméstico.

No primeiro caso, enquanto escrava do eito, ela estimulou os companheiros para a revolta, a fuga e a formação de quilombos. Enquanto habitante destes últimos, ela participou, como em Palmares, das lutas contra as expedições militares destinada à sua destruição, nunca deixando de educar seus filhos dentro do espírito antiescravista, anticolonialista e antirracista (Gonzalez, 2020, p. 198).

Diversas protagonistas de intentos importantes para a luta contra a escravidão e conseqüentemente contra o racismo estiveram secularmente no anonimato. Aqui apresentaremos alguns nomes dessas lideranças que estiveram nos motins, e nas religiosidades de matriz africana:

- Maria Felipa de Oliveira, que viveu na Ilha de Itaparica, Bahia, foi marisqueira e liderou uma ação que culminou na queima de quarenta e duas embarcações de guerra portuguesas, em 1823.
- Tia Simoa, foi liderança na mobilização e articulação social da greve dos Jangadeiros em janeiro de 1881, no Ceará, que tinha como objetivo acabar com o embarque de negros escravizados. Durante esse acontecimento a polícia foi acionada para conter e prender os jangadeiros e o apoio da população naquele momento foi fundamental, cerca de 1500 pessoas participaram, em apoio a greve, pessoas essas que foram mobilizadas pela Tia Simoa.

⁵ A autora utiliza-se do termo no sentido metafórico, a fim de contemplar as estratégias de sobrevivência e de liberdade da mulher negra.

- Luiza Mahin, tornou-se uma referência de resistência, líder da Revolta dos Malês, 1885, mãe de Luiz Gama⁶, foi através do poeta que se teve alguma informação sobre o seu protagonismo. “Quitandeira que se dizia princesa africana da região do Mahin, no Daomé – hoje Benin”.
- Maria Joaquina da Costa ou Ta Joaquina, ialorixá, em Laranjeiras, Sergipe, no século XIX, onde as perseguições eram intensas conseguiu estabelecer oficialmente a Sociedade de Culto Afro-brasileiro Filhos de Obá, da qual foi a primeira presidente. (Schumacher; Brazil, 2006, p.95).

Foi destacada uma pequena amostra de mulheres negras que protagonizaram intentos importantes na luta pela liberdade no contexto escravista. Dando um salto para o período atual, apresentaremos alguns nomes de mulheres negras que se apropriaram do espaço virtual para denunciar o racismo, para elaborar projetos para igualdade racial, e evocar suas vozes e pensamentos:

- Joyce da Silva Fernandes/Preta Rara é historiadora, influenciadora digital, rapper e escritora. Em 2019 publicou o livro *Eu, empregada doméstica* onde reuniu depoimento de maus tratos e violências de milhares de empregadas domésticas brasileiras. Preta Rara trabalhou como empregada doméstica até 2009. Foi demitida por não aceitar comer restos de comida oferecidas pela patroa e, após o caso, criou uma conta no Facebook, com a finalidade de denunciar o seu caso.
- Carla Adriana da Silva Santos/Carla Akotirene/@carlaakotirene atua no Sistema Único de Saúde, mestra e doutora em Estudos interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismos, escritora, idealizadora do *Opará saberes – O Opará saberes* tem como objetivo militante acadêmico fomentar o ingresso de candidaturas negras na pós-graduação. Publicou os livros: *O que é interseccionalidade?* (2018) e *Ó paí, prezada: racismo e sexismo*
- Janice Ferreira da Silva/Preta Ferreira/@preferreira é Artivista – Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), cantora, atriz, escritora. Preta Ferreira foi presa em 24 de junho de 2019 por lutar pelo direito à moradia, em São Paulo. Ficou em cárcere por 108 dias, depois de sua prisão, a sua militância agregou a pauta do Sistema

⁶ Foi poeta e um dos maiores líderes abolicionistas do Brasil.

Carcerário, fazendo uma comparação ao navio negreiro. Escreveu o livro: Minha carne: diário de uma prisão

- Maria Izabel Feitosa Accioly/Izabel Accioly/@afroantropologa é antropóloga, mestra em Antropologia Social. É pesquisadora do Hybris, Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades da USP/UFSCar e do Núcleo de Estudos em Raça e Interseccionalidades UFC/UNILAB. Está engajada em pesquisar, debater e lecionar sobre raça, racismo e antirracismo no contexto brasileiro. Desde maio de 2020 oferece o curso livre Relações Raciais e a Branquitude no Brasil na intenção de popularizar, expandir e engajar pessoas no debate da temática racial.

Acima trazemos quatro protagonistas negras que têm utilizado as redes sociais para levantar reflexões, denúncias, compartilhar saberes e memórias. É possível dizer que a mulher negra continua resistindo e liderando grandes ações, ao passo que ainda continua sendo desprivilegiada e violentada pelo machismo e pelo patriarcado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata da trajetória de mulheres negras não há como não abordar sobre os duros caminhos percorridos. Assim como, não falar das habilidosas estratégias de sobrevivência, inteligência, astúcia e desenvoltura. Neste artigo iniciamos a partir do período escravocrata com o olhar sempre voltado aos passos perseguidos das mulheres escravizadas, conversando sobre o colonialismo e o projeto político de apagamento da memória da população negra.

Dessa forma, entendendo esse apagamento como um memoricídio com a finalidade de problematizar a obliteração das vozes, dos símbolos, e de qualquer outra herança dos negros escravizados e posteriormente nascidos no Brasil como um projeto político de esquecimento iniciado no período colonial e expandido ao longo dos séculos.

Apresentamos alguns nomes de mulheres negras que no período escravocrata protagonizaram ações importantes em busca da libertação e contra o sistema em que foram obrigadas a permanecer. E nomes de mulheres negras contemporâneas que atuam para a liberdade da população negra a partir de ações pontuais, sociais, no âmbito virtual, criando e disseminando conteúdos e informações antirracistas.

Importa reconhecer que os estudos sobre gênero, raça, sobre as comunidades sexualmente diversas, capacitismo e assuntos correlatos são notórios nas Ciências Humanas e Sociais, paulatinamente a CI tem mostrado interesse em ampliar um diálogo com as demais ciências e áreas do conhecimento.

Finalmente, é necessário reforçar que o apagamento das memórias e identidades negras escravizadas e brasileiras foi um projeto político iniciado no período colonial e que seguiu o seu percurso acompanhando o avançar dos tempos, sendo incorporada pelas políticas públicas de esquecimento. No entanto, a resistência e insubmissão das mulheres negras também não cessou e tem possibilitado o acesso a lembranças e recordações.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2007.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

CARDOSO, Edson. **A mancha indelével da cor**: uma aproximação às questões raciais no Brasil. São Paulo: Curso Ler o Brasil, 2023. Disponível em: <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/meus-cursos/matriculado/> Acesso em: 25 jun 2023.

CARNEIRO, Sueli. Estrelas com luz própria. **Revista História Viva**. São Paulo, n. 3, p. 48-49, 2006. Disponível em: https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/item/arquivo/asc_001238. Acesso em: 19 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49-64.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais de esquecimento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 13, n. 24, p. 252–273, jan/jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATTIS, Alex (Org.) **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.55-61.

WALKER, Alice. **Se o presente se parece com o passado, como será que o futuro se parece?**. *In*: Em busca dos jardins de nossas mães: prosa mulherista. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021, p. 259-278.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2006.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da. **A construção da estética feminina negra a partir de informações étnico-raciais disseminadas no Youtube**. Ano. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia.) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2019.